

MODERNIDADE E RACIONALIDADE: Razão Geométrica Versus Razão Dialética*

Resumo: Analisamos o complexo desenvolvimento da racionalidade entre os séculos XVII e princípios do XIX. Falamos de ‘razão geométrica’ porque a filosofia moderna, mais vinculada a Revolução científica, assume o modelo euclidiano como o mais racional (bem desenvolvido sobre a moderna matemática). Negamos toda identificação entre razão geométrica e positivismo, pois a primeira manifesta uma intrínseca necessidade de autofundamentação e é ontoteleológica. A evolução da subjetivação moderna nos permite entrelaçá-la com a “razão dialética”. Analisamos sua natureza dialética e diacrônica, sua historicidade e irreducibilidade a regras, e nos posicionamos sobre a questão do fim da história.

Para Agustín y Carmen

Modernidade e Razão. Distinguindo seus tipos

Ortega y Gasset nos disse sobre a relação entre a Modernidade e razão¹: “A geração que florescia até 1900 foi a última de um amplíssimo ciclo, iniciado ao final do século XVI, e que se distinguiu porque seus homens viveram da fé na razão”. Dois aspectos podemos destacar desta sintética frase. Em primeiro lugar, inclui-se dentro da Modernidade todo o século XIX (como fizemos em nosso projeto) e assim se faz precisamente porque está marcado pela lenta autodissolução do princípio essencial moderno. Em segundo lugar vemos que, com a sua habitual precisão e olhar penetrante, Ortega formula tal princípio dando nova vida e maior profundidade ao tópico filosófico que vincula Modernidade e razão, pois define a primeira como a época caracterizada pelo “viver da fé na razão”, e não, simplesmente, “viver a fé na razão”, ou “viver da razão”. Pois, se também outras épocas inevitavelmente tiveram suas fés básicas, primordiais e ontológicas, e à sua maneira específica também viveram da razão, só na Modernidade esta tornou-se uma convicção tão profunda e total que se converteu em suas crenças mais básicas e vitais. Chegou-se ao extremo, por outra parte, que a Modernidade se apropriou completamente da faculdade humana da razão (isso que tradicionalmente definia o humano: *zoon logon*). Ademais não reconhecia que a estava dando usos bem concretos, uma definição particular entre outras possíveis, uma consistência muito especial... Assim, a Modernidade culminava num aspecto essencial do sonho filosófico ocidental convertendo a razão em seu princípio mais radical, entronizando-a uma vez que a

* O presente ensaio, traduzido por Felipe Magalhães Bambirra, foi originalmente publicado em castelhano: MAYOS, Gonçal. Modernidad y Racionalidad. Razón Geométrica y Razón Dialéctica. *Convivium*, Barcelona, Universitat de Barcelona, n. 18, p. 47-72, 2005.

¹ *Historia como sistema*, Revista de Occidente en Alianza Editorial, Madrid, 1981, p. 16. Em *Sobre la razón histórica* (Revista de Occidente en Alianza Editorial, Madrid, 1979, apéndice II, p. 230) disse também: “Una y otra vez se ha querido en el pasado del pensamiento hacer consistir la razón en ciertos caracteres determinados y exclusivos. Pero una y otra vez se descubrió que esa idea cerrada y conclusa de la razón era irracional y que nuevas formas de razón, a veces con caracteres opuestos a los consagrados, brotaban de su anterior figura desbordándola y superándola. Recuérdese, por ejemplo, que la mayor parte de la matemática actual está hecha con números y relaciones para los cuales los griegos acuñaron por vez primera el nombre de ‘irracionales’”.

considerava seu patrimônio exclusivo. Partia da orgulhosa convicção de que só na Modernidade a humanidade alcançava plenamente seu ser racional.

Não problematizemos agora esta apropriação nem o etnocentrismo que esconde, e que, por outro lado – como filhos da Modernidade – dificilmente podemos escapar do todo. Mas analisemos este feito tão relevante na história humana, desde a atalaia que nos deu esses três séculos de Modernidade. Para ele partiremos da perspectiva muito bem formulada por Cassirer² quando afirma: “a palavra ‘razão’ perdeu para nós sua simplicidade e significação unívoca. Apenas podemos empregá-la sem que visualizemos vivamente sua **história** e constantemente nos estejamos dando conta de quão forte foi a **mudança de significado** que experimentou no curso dessa história”. Partamos pois da consciência histórica que obriga a admitir que há uma **complexa evolução da noção de racionalidade, de sua constituição tal e como hoje a entendemos. Trata-se de uma história da razão com grandes conquistas e êxitos, em meio às profundas metamorfoses e também algumas sombras ameaçadoras.**

Com este tema complexo, mais além do que satisfazer grande parte de nossa investigação pessoal, queremos nesta lição simplesmente introduzir dois momentos muito concretos, mas de vital importância, na história da filosofia moderna: Em primeiro lugar, o período constituinte em que a Modernidade se define a si mesma e a sua racionalidade em íntima vinculação com a Revolução científica. E, em segundo lugar, o momento em que a esta racionalidade, já plenamente constituída, se apresenta as maiores alternativas dentro mesmo da própria Modernidade: a razão dialética e histórica. Naturalmente distinguimos estas duas perspectivas sobre a racionalidade tanto pela sua natureza diversa como pelo seu contrastado “destino” visto desde os inícios do século XXI. Tem razão Cirilo Flórez Miguel – cito³ –: “sendo decisiva a hora de considerar o tema da racionalidade, que tanta relevância tem no momento presente”, a razão dialética e histórica “não foi estudada com a mesma detenção com que há sido a razão pura”. Por isso pensamos que, comparando-as, permite-nos aprofundar melhor na Modernidade e, sobretudo, no papel em que nela desempenharam as filosofias da história.

Conjuntamente, a razão matematizante e experimental que está muito eficientemente vinculada com as ciências naturais, e a razão dialética e histórica que se esforçava para fundamentar a especificidade das ciências do espírito, enquadram a praticamente a totalidade da filosofia moderna e seu debate mais profundo. Ademais mostrarão a profunda união que vincula filosofia moderna e filosofia da história.

² *Filosofía de la Ilustración*, México, FCE, p. 20. MacIntyre (*Justicia y racionalidad, Conceptos y contextos*, Barcelona. Eiuinsa, 1994) é porém mais radical: “Las doctrinas, las tesis y los argumentos han de ser entendidos en su contexto histórico (...) cualquier afirmación tiene sentido para doctrinas cuya formulación es, en sí misma, limitada temporalmente; el mismo concepto de temporalidad es histórico en sí mismo (...) Así, la racionalidad, en sí misma, ya sea teórica o práctica, es un concepto con una historia: en el fondo, ya desde el momento en que existen diversas tradiciones de investigación con sus respectivas historias, también hay racionalidades antes que racionalidad.”

³ *Génesis de la razón dialéctica*, Salamanca, Ediciones Univ. Salamanca, 1983, p.5.

Vamos por partes.

Por que falar de razão geométrica?

Ao final do século XVI, com a constituição da “nova ciência” físico-matemática e em contraste com os enfoques aristotélico-escolásticos, aparece um novo tipo de racionalidade da qual os contemporâneos destacam a matematização como sua característica mais evidente e diferencial. Como àquele tempo a parte mais sólida e valorizada da matemática era todavia o modelo axiomático-sintético da geometria de Euclides, foi ela denominada com o termo “razão geométrica”. Tratava-se de um ambicioso programa racional que a partir das aplicações mais concretas e mecânicas pretendia elevar-se a desenvolvimentos claramente metafísicos, ontológicos e inclusive ético-políticos. Para um filósofo como Hobbes ou Spinoza, “geométrico” era praticamente sinônimo de rigoroso, científico ou verídico, pois como disse François Châtelet⁴ o matemático era “a imagem de uma racionalidade integral e transparente”.

Com a consolidação da revolução científica, as matemáticas se convertem “plenamente” no modelo último e no critério definitivo de realidade, de rigor, de verdade e, em suma, de racionalidade. Culmina assim uma já muito venerável identificação entre matemática e racionalidade pois, não esqueçamos, que já etimologicamente razão remetia à “ratio” (proporção matemática) e provinha de *reor*, “calcular”⁵. Por isso Toulmin⁶ considerava como um axioma da nova filosofia no século XVII⁷ que: “O conhecimento geométrico proporciona um **vasto padrão de certeza absoluta, com respeito a qual devem ser julgadas todas as outras pretensões** de conhecimento”. A partir desse momento, o real e o verdadeiro são identificados essencialmente por sua capacidade de serem tratados e reduzidos a procedimentos matemáticos. Agora não só a física moderna mostra uma dependência ontológica à matemática (por isso falamos de ciências físico-matemáticas), senão também o novo tipo de racionalidade. Heidegger dirá que a partir de agora “o único e genuíno acesso” ao ente é o “conhecimento no sentido físico-matemático”⁸.

⁴ *Una historia de la razón*, Valencia, Pretextos, 1998, p. 78.

⁵ Refere-se à função ou capacidade de calcular (Kolakowski *El racionalismo como ideología*, Barcelona, Ariel, 1970, p. 7).

⁶ *La comprensión humana. I. El uso colectivo y la evolución de los conceptos*, Madrid, Alianza, 1977, p. 30. Considera que estes axiomas não só eram no século XVII comuns, mas de “sentido común y, en particular, los partidarios de la ‘nueva filosofía mecánica’ los consideraban fuera de duda.”

⁷ Para ele esta característica é muito mais básica que a dicotomia empirismo-racionalismo.

⁸ *El ser y el tiempo* §21 (trad. José Gaos), México, F.C.E., 1967, p. 110. Cfr. Com seu complexo justificará essa identificação, pois “El conocimiento matemático pasa por ser aquella forma de aprehensión de entes que puede estar cierta en todo momento de poseer con seguridad el ser de los entes aprehendidos por ella. Aquello que por su forma de ser es de tal suerte que responde al ser que se hace accesible en el conocimiento matemático, es lo que *es*, en sentido propio. Este ente es *el que es siempre lo que él es*; de donde que constituya el verdadero ser del ente empírico del mundo, un ser del que puede mostrarse que tiene el carácter del *constante permanecer*”. Veja-se também nesta linha Felipe Martínez Marzoa *Historia de la filosofía*, vol. II, Madrid, Istmo, pp. 32ss.

Este ideal geometrizar do racional vai mais além do âmbito do natural, da *res extensa*. Assim, apesar de Descartes evitar com seu dualismo substancial a plena matematização do sujeito pensante, Spinoza estenderá o âmbito da razão geométrica até incluir a ética. Desde as ideias adequadas até as paixões do corpo, desde a servidão humana até a beatitude, tudo, sem exceção, pode ser explicado por uma racionalidade “more geometrico demonstrata”. Como disse muito significativamente Spinoza ao final do prefácio da parte III da *Ética*⁹: “tratarei da natureza e forças dos afetos e da potência da alma sobre eles [para ele a questão primordial da ética], com o mesmo método com que nas partes anteriores tratei de Deus e da alma, e considerarei os atos e apetites humanos como se fossem questões de linhas, superfícies e corpos”.

Certamente, na realidade, os racionalistas não aplicam em sua filosofia estritamente o método das matemáticas, mas, também, **buscam uma certeza e evidência equivalente a essas, uma explicação racional a qual pudesse ser assimilada**. Por isso nos parece muito interessante a matização de Geymonat¹⁰: “Alguns interpretes consideram que se pode afirmar que Descartes extraio o método que acabamos de explicar das matemáticas. Em parte têm razão, porque não há dúvida de que Descartes chegou à formulação de ditas regras sobre tudo pela reflexão sobre o modo de proceder da matemática (recordemos entre outras coisas que os matemáticos gregos já haviam falado de “análise” e “síntese”). Mas seria errôneo pensar que Descartes se há limitado a adaptar seu método da matemática para aplicá-lo a toda a ciência. A realidade, pelo contrário, é que Descartes justamente partiu dele para postular contra a matemática clássica uma crítica não menos séria que a que levantou contra todo o saber comum, e para propor uma reforma não menos radical que a propugnada para cada um dos outros ramos da ciência humana: reforma de fazer a matemática mais permeável à razão, mais límpida em seus princípios e em seus procedimentos, mais perfeitamente aferível por nosso pensamento. ‘Com esse meio – explica a princesa Isabel – vejo mais claramente tudo o que faço’”.

Por outra parte, temos que evitar identificar o ideal racionalista de matematização com enfoques posteriores marcadamente positivistas. Os racionalistas nunca renunciam a postular questões metafísicas radicais, comparáveis à “filosofia primeira” greco-medieval, apesar de que agora pensam-nas como totalmente inseparáveis das perspectivas científico-técnicas e de sua fundamentação última¹¹. Buscam construir o sistema omnicomprensivo que (em íntima vinculação com a nova ciência) dê conta do homem e da sociedade moderna.

Para afiançar melhor estas ideias, talvez seja conveniente agora demarcar brevemente a matematização típica da Modernidade (que estamos expondo) de outras parecidas, por exemplo a geometrização do logos típica do pitagorismo e do platonismo (recordemos o

⁹ Cito a edição de Vidal Peña, Madrid, Editora Nacional, 1979, p. 182.

¹⁰ *Historia de la filosofía y de la ciencia*, vol. II, Barcelona, Crítica, 1985, pp. 134-5.

¹¹ Por isso e buscando um exemplo difícil e importante, não podemos ilhar desses postulados e vinculações, formulações tão abstratas e metafísicas como, por exemplo, a famosa primeira definição da *Ética* de Spinoza: “Por *causa sui* entiendo aquello cuya esencia implica la existencia, o, lo que es lo mismo, aquello cuya naturaleza sólo puede concebirse como existente.”

frontispício da Academia platônica: “que não entre aqui ninguém que não saiba geometria”). Entre as profundas diferenças destacaremos agora brevemente:

- (1) A expulsão absoluta por parte da razão geométrica do século XVII de qualquer qualidade que não possa ser medida ou, mesmo, mensurável ou quantificável. Pois certamente a razão geométrica moderna rechaçará gnoseologicamente e ontologicamente (coisa que nunca fará o platonismo ou o pitagorismo) as qualidades secundárias (e precisamente pelo argumento de não ser matematizáveis).

- (2) Por outro lado, na Modernidade (e, à medida que passa o tempo, cada vez mais fortemente), matematização se põe ao serviço de uma finalidade operativa e instrumental que busca sua aplicação performativa no mundo. É dizer, busca vincular a matematização do real com a vontade de domínio da natureza (domínio que, com o tempo, cada vez se fará mais explicitamente tecnológico).

- (3) Finalmente, as matemáticas são usadas na Modernidade já não como desvelamento e contemplação da cifra íntima do mundo, verdade última e absoluta¹² de um cosmos vivo e indomável, senão como o instrumento humano para domínio e controle do meramente objetual (é dizer, a coisa entregue totalmente aos interesses do homem). Por ele a Modernidade se concentra em **codificar a realidade através** das matemáticas para dominá-la tecnicamente e obter uma utilidade dela, precisamente por isso também a banaliza e dessacraliza, reduzindo-a a mero instrumento ou objeto. Dessa maneira abre um profundo abismo em relação a todas as místicas matematizantes anteriores.

Matematização Antiqualitativa

Recordemos que a matemática, a ciência, a filosofia e, em definitivo, a razão dominante nos séculos XVII e XVIII se definem como radicalmente (inclusive beligerantemente¹³) **antiqualitativas**. Ainda que não possam alcançá-lo plenamente, têm como ideal a visão geométrico-matematizante do mundo, a qual, ao extremo, **leva à redução de toda qualidade à quantidade**, ou seja, consideram-se os entes exclusivamente em relação a uma unidade discricional, homogênea e sem diferenças qualitativas. Por isso Koyré em *Do mundo fechado ao universo infinito*¹⁴ disse: “o mundo de Descartes não é em absoluto multiforme, cheio de colorido e qualitativamente determinado do aristotelismo, o mundo de nossa experiência e vida diárias – tal mundo não é mais que um mundo subjetivo de opiniões instáveis e inconsistentes, baseadas no infiel testemunho da confusa e errônea percepção sensível –,

¹² Não esqueçamos que (como já mostrou Comte) a ciência moderna se caracteriza frente a maior parte dos esforços metafísicos, herméticos, mágicos, cabalísticos, etc., por renunciar a conhecer a realidade mesma ou o ser das coisas, e limitar-se a explicar as regras ou leis de seu funcionamento (já na linha newtoniana da “hipótesis non fingo”). Significativamente Galileu, no *Diálogo sobre los sistemas máximos* (Madrid, Aguilar, jornada 1ª, p. 184) argumenta: “Temeridad extrema me ha parecido siempre la de aquellos que quieren hacer de la capacidad humana medida de cuanto puede y sabe operar la naturaleza, ya que bien al contrario, no hay efecto alguno de la naturaleza por máximo que sea a cuya entera comprensión puedan llegar los más especulativos ingenios. Esta vana presunción de entenderlo todo no puede tener más principio que el de no haber comprendido nunca nada”.

¹³ Face tanto aos paradigmas escolástico-aristotélico como aos mágico-naturalistas, herméticos e simbólicos tão típicos do Renascimento.

¹⁴ Madrid, S, XXI, 1979, p. 98.

senão um mundo matemático estritamente uniforme, um mundo de geometria feita realidade sobre o que nossas idéias claras e distintas nos dão um conhecimento certo e evidente”.

Por isso, é arque-conhecido que uma das críticas mais constantes que, desde a nova ciência e o racionalismo do século XVII, dirigem-se aos paradigmas escolástico-aristotélico ou mágico-naturalista, os que postulam e se ocupam de nebulosas qualidades. Com prática unanimidade na nova ciência e na nova filosofia vinculada a ela, **o qualitativo é rechaçado em tanto que depende dos sentidos e não do intelecto, enquanto que se identifica o intelectualizável com o quantitativo.** Assim, para Descartes (*Os princípios da filosofia*¹⁵, II # 3), enquanto que a razão se identifica – como vimos – com o matematizável, com as “verdades eternas”: “Nossos sentidos não nos dão a conhecer a natureza dos corpos, mas apenas nos ensinam o que nos é útil e prejudicial”.

Precisamente pelo domínio de uma razão geometrizar profundamente antiquualitativa, por exemplo, o espaço e o tempo perderam para a razão geométrica suas dimensões da vida e qualitativas, para ser identificados reduzidamente com as coordenadas matemáticas, homogêneas e meramente quantitativas, é dizer, a extensão como qualidade primária. Transitando em direção contrária a como fará Bergson ao final do XIX, a primeira Modernidade identificará reduzidamente espaço e tempo com as coordenadas geométricas, reduzindo-os à magnitude pura, isso sim, perfeitamente calculável. Evidentemente estava-se assentando os fundamentos do espaço homogêneo e absoluto de Newton. Não podemos alongar aqui, mas esta exclusão moderna do qualitativo está também estreitamente vinculado com a redução de toda a modificação a movimento local e com a desaparecimento das regiões naturais do cosmo que levaram – como belamente intitulou seu livro Koyré – do “*mundo cerrado al universo infinito*”.

Talvez a melhor e mais ambiciosa expressão da identificação da plena racionalização com o cálculo a encontramos no projeto de Leibniz, que em uma versão juvenil se formula assim: “comecei a meditar certas considerações completamente novas, para reduzir todos os raciocínios humanos a uma espécie de cálculo, que serviria para descobrir a verdade ... esta espécie de cálculo geral proporcionaria ao mesmo tempo uma espécie de escrita universal que (...) caberia aprendê-la em poucas semanas, já que os caracteres estariam ligados segundo a ordem e a conexão das coisas (...) esta mesma escrita seria uma espécie de Álgebra geral e nos daria o meio para raciocinar calculando, de modo que em lugar de debater poderíamos dizer: contemos. E sucederia que os erros de raciocínio não seriam senão erros de cálculo que se descobririam mediante provas, como na aritmética. Os homens encontrariam nela um juiz para as suas controversas verdadeiramente infalível”¹⁶.

¹⁵ Trad. de Guillermo Quintás, Madrid, Alianza, 1995.

¹⁶ Em 1679, em uma carta ao Duque de Hannover João Frederico. Todavia mais entusiasta se mostrou em uma carta de 1677: “Me atrevo a decir que éste {el proyecto leibniziano} es el empeño supremo de la mente humana; y, cuando el proyecto esté acabado, a los humanos no les quedará más remedio que ser felices, pues dispondrán de un instrumento que exalta la razón al igual que el telescopio perfecciona nuestra visión.” Cfr. Toulmin, Op. cit. 2001, p. 15.

Mas Leibniz não é um caso ilhado do ideal de razão geométrica, desde outra perspectiva, em princípio bem diferente, Hobbes¹⁷ nos dirá também: “a razão, nesse sentido, não é senão **cálculo** (isto é, adição e subtração) das consequências de nomes gerais e convencionados para **caracterizar** [para nós mesmos] e **significar** [para demonstrar a outros] nossos pensamentos”. Também disse muito contundentemente: “as palavras são instrumentos de medida para os homens sábios, que calculam através delas”¹⁸.

Como podemos ver, muitas das promessas tipicamente modernas vincularam-se e se formularam em relação com a razão geométrica; como foram também muitas das críticas (pensamos por exemplo em Pascal, Vico, Bayle, Hume, Jacobi, muitos românticos etc.). Ademais inclusive os críticos fazem – mais habitualmente do que se pensa – reconhecimentos implícitos ou explícitos da razão geométrica. Este é o caso, por exemplo, da muito matizada valoração levada a cabo por um crítico declarado do racionalismo cartesiano como é Pascal¹⁹: “os homens se encontram numa impossibilidade natural e imutável de tratar qualquer ciência que seja numa ordem completamente perfeita. Mas não resulta disso que devamos renunciar a toda classe de ordem. Porque há um, e é o da geometria, que é na realidade inferior em tanto que menos convincente, mas não em tanto que seja menos certo. Não o define o todo e não o demonstra tudo, e nisso os é inferior; mas somente supõe coisas claras e indubitáveis pela luz natural, e é por isso pelo o que é totalmente verdadeiro, já que a natureza é a que o sustem no lugar do raciocínio. Esta ordem é o mais perfeito entre o os homens”.

O essencial impulso metafísico da razão geométrica

Agora há de se reconhecer que as críticas se fazem mais graves e apocalípticas quando se dirigem às tentativas de impor a razão geométrica como o único caminho até a verdade. Nesta linha é famosa a radical opinião de Horkeimer e Adorno em sua *Dialética da Ilustração* (notemos que são eles precisamente declarados partidários da razão dialética)²⁰: “No caminho até a ciência moderna os homens renunciam ao sentido. Substituem o conceito pela fórmula, a causa pela regra e a probabilidade. (...) O que não se obriga ao critério do cálculo e a utilidade é suspeito para a Ilustração”²¹.

¹⁷ *Leviatán*, I,V, p.149. Cito pela tradução de Carlos Moya e Antonio Escotado para a Editora Nacional, Madrid, 1979. Nas páginas 148-9 disse: "Cuando un hombre **razona** no hace sino concebir una suma total por **adición** de parcelas, o concebir un resto por **sustracción** de una suma en relación con otra, cosa que (si es hecha mediante palabras) implica extraer la consecuencia de los nombres de todas las partes el nombre del todo y una parte el nombre de la otra parte. (...) En suma, en cualquier materia donde haya lugar para una **adición** y **sustracción** [operaciones esenciales y primarias de todo cálculo o razonamiento], hay lugar también para la **razón**, y donde esas operaciones no tienen lugar nada en absoluto puede hacer la razón."

¹⁸ *Leviatán*, p. 144.

¹⁹ “*Reflexiones sobre la Geometría en General. Del espíritu geométrico y del arte de persuadir*” en *Blaise Pascal Obras*, Madrid, Alfaguara, 1983, p. 281 (Traducción y notas de Carlos R. De Campierre).

²⁰ *Dialéctica de la ilustración*, Madrid, Trotta, 1994, pp. 61-62.

²¹ Inclusive dirão (Op.cit. 78-79): “Su falsedad {de la razón cuantitativo-instrumental} no radica en aquello que siempre le han reprochado sus enemigos románticos: método analítico, reducción a los elementos, descomposición mediante la reflexión, sino en que para ella el proceso está decidido de antemano. Cuando en

Certamente e desde a fidelidade ao estrito desenvolvimento da história da filosofia temos que matizar tal afirmação. Pois, levados pela imperiosa necessidade que sentiam de submeter à crítica a sombra negativa da razão ilustrada, Horkheimer e Adorno queimam suas etapas e a identificam demasiado rapidamente com o positivismo e a razão estritamente instrumental. Este é às vezes um erro muito habitual entre nossos alunos, por isso devemos enfatizar adequadamente que a razão geométrica do século XVII (apesar de sua íntima relação a respeito da revolução científica) não pode ser identificada em absoluto com o positivismo. Durante esta época praticamente só Galileo evita (mais que exclui) entrar a fundo nas questões metafísicas. Inclusive Descartes, que queria evitá-las durante o longo período que culminará com a redação das *Regulae*, acabará muito significativamente constituindo a mais influente metafísica da primeira Modernidade²².

Em nossas aulas destacamos que uma característica essencial da razão geométrica do século XVII é a necessidade de remontar todas as reflexões e problemáticas humanas até raciociná-las em e desde uma filosofia primeira, uma metafísica. Nesse momento histórico não teria sentido cindir as questões filosóficas em âmbitos especializados incomunicáveis entre si. Por isso, no século XVII é um axioma indiscutível a estrita continuidade das questões mais pragmáticas com as mais metafísicas, das questões mais concretas e limitadas com as mais abstratas e universais, das explicações mais empíricas e circunstanciais com os princípios ontológicos mais inquestionáveis. A eles era necessário pensar dentro de uma clara continuidade, sem saltos nem rupturas entre o que hoje chamamos “ciência” e a “filosofia” mais metafísica (que, como é sabido, na época incluía questões claramente vinculadas à teologia), é dizer, enlaçando questões mais imediatas com as últimas ou primeiras – dependendo do olhar.

A unidade, homogeneidade e estrita continuidade de todas essas questões é um dogma para a primeira Modernidade e sua razão geométrica. Atesta-o, por exemplo, Arthur O. Lovejoy²³ ao afirmar que no século XVII é totalmente indiscutível o princípio de completude e continuidade (que nega os saltos na cadeia do ser). Ou Martial Gueroult²⁴, para quem (e o demonstra pormenorizadamente em seu estudo de Descartes) uma mesma “ordem nas razões” estrutura linearmente e vincula, sem saltos, todo o discurso dos racionalistas. **Por isso as questões que temos tratados e que poderiam parecer exclusivamente**

el procedimiento matemático lo desconocido se convierte en la incógnita de una ecuación, queda caracterizado con ello como archiconocido aún antes de que se le haya asignado un valor. La naturaleza es, antes y después de la teoría cuántica, aquello que debe concebirse en términos matemáticos; incluso aquello que no se agota ahí, lo insoluble y lo irracional, es invertido por teoremas matemáticos. Con la previa identificación del mundo enteramente pensado, matematizado, con la verdad, la Ilustración se cree segura frente al retorno de lo mítico. Identifica el pensamiento con las matemáticas. Con ello quedan éstas, por así decirlo, emancipadas. Elevadas a instancia absoluta.(...) El pensamiento se reifica en un proceso automático que se desarrolla por cuenta propia, compitiendo con la máquina que él mismo produce para que, finalmente, lo pueda sustituir."

²² E criticará Galileo precisamente porque: “todo lo que dice Galileo sobre la caída de los graves en el vacío está falto de fundamento, antes que nada debería haber establecido la naturaleza del peso.”

²³ *La gran cadena del ser. Historia de una idea*, Barcelona, Icaria, 1983.

²⁴ *Descartes selon l'ordre des raisons (I, L'âme et Dieu; II L'âme et le corps)*, Paris, Aubier-Montaigne, 1968.

matemáticas se entrelaçam estreitamente nesse significativo momento histórico com outras completamente metafísicas. Pois se busca aplicar uma e a mesma razão (baseada no ideal geométrico) a todas as problemáticas humanas por vitais que sejam, sem exceção. Em definitivo, **a razão geométrica do século XVII não pode senão ascender – por sua mesma necessidade e lógica interna – até as questões metafísicas e construir sua própria filosofia primeira.**

A razão geométrica como autofundamentadora

Ademais, culminando seu essencial impulso metafísico, a razão geométrica do século XVII se apresenta como essencialmente substante e autofundamentadora. Para os racionalistas a razão se apresenta como completamente autossuficiente (*causa sui*). Ainda mais, a razão por si mesma (se não medeia nenhum bloqueio de origem exterior) é infalível, é o que determina o verdadeiramente ser. Por isso tão só ela – pensam – pode ser verdadeiro princípio, incondicionada e capaz de dar-se a si mesma a legitimidade absoluta e, cada vez mais, sem depender de nada exterior (da fé ou da revelação, da tradição, da autoridade etc.).

No século XVII, a racionalidade geométrica tende a pensar-se como autárquica e substancial, já que busca prescindir de toda outra autoridade ou juiz que não seja ela mesma, e evita reconhecer a outra legitimidade que a que conquista por si mesma. De fato, por detrás (como seu fundamento) do sujeito, posto que este não será senão pensamento estruturado racionalmente (ou desestruturado pela interferência do corpo ou dos sentidos), os racionalistas do XVII são seguramente os filósofos que mais a fundo e conseqüentemente encaram o desafio de demonstrar que a razão se **basta a si mesma em sentido absoluto, fundamentando-se de maneira radical**²⁵. Este é o objetivo mais importante para os racionalistas, mas em suas versões menos metafísicas também para o resto de seus contemporâneos: autofundamentação radical da razão (como base para alcançar tanto a verdade e o conhecimento, como a liberação individual e coletiva, tanto o progresso científico-tecnológico como o sócio-político²⁶). Como dizemos no início de nossa lição, talvez nenhuma outra época há sido tão logocêntrica (como diria Derrida) no sentido que nunca antes a razão havia dominado de uma maneira tão total, incontestada e independente de qualquer outra instância.

Para afiançar-se de tal maneira, a razão geométrica terá que desenvolver suas possibilidades metafísicas, como viu muito bem Husserl nas *Meditações cartesianas*²⁷ (obviamente seu tronco crítico devido ao interesse de Husserl por marcar distância em favor do seu próprio projeto): “Descartes teria de antemão um ideal de ciência, o da geometria, ou melhor, o da ciência matemática da natureza. Esse ideal determina aqueles séculos como um prejuízo fatal, e

²⁵ Tem razão Toulmin (2001, 249s) quando disse: “El modelo de ‘racionalidad’ subyacente al programa filosófico de la modernidad descansaba, pues, en tres pilares: certeza, sistematicidad y tabla rasa” (este último no sentido de partir radicalmente do nada).

²⁶ Inclusive no empirismo britânico continua-se aplicando o leit-motiv “todo con la razón, nada sin ella”. Pois a grande crítica empirista se baseia em circunscrever o uso correto no marco dos dados empíricos dados, evitando desvíos exagerados que a desvirtuariam.

²⁷ *Meditaciones cartesianas*, Madrid, Ediciones Paulinas, p. 42.

também determina, sem ser submetido à crítica, as mesmas *Meditações*. Para Descartes era algo já de antemão compreensível de si que a ciência universal teria a forma de um sistema dedutivo, e que todo o edifício teria que se apoiar sobre um cimento axiomático, fundante da dedução. O axioma de absoluta auto-certeza do *ego*, junto com os princípios axiomáticos inatos nesse ego, tem para Descartes, à respeito da ciência universal, um papel análogo ao que na geometria têm os axiomas geométricos – só que aquele fundamento axiomático faz mais profundo ainda que o da geometria, sendo chamado a cooperar inclusive na fundamentação última dessa”.

Esta passagem de Husserl e a estrita continuidade que postula entre matemática e princípios metafísicos se aplica perfeitamente também a Malebranche, Spinoza ou Leibniz. Pois em geral, os cartesianos posteriores prescindem do momento da dúvida hiperbólica e opõem totalmente o “ordo essendi” ao “ordo cognoscendi”, permitindo que se perceba muito melhor a autofundamentação direta da razão matematizante. Já comentamos este ponto a respeito do começo da *Ética* de Spinoza, onde a substância única (“sive dei, sive natura”) é *causa sui* e *ratio sui*, porque é o que dá razão do todo e, em definitivo, não pode ser senão a razão de si mesma.

A razão geométrica como ontoteológica

Inclusive para um ateu confesso como Spinoza, e como afirma Heidegger, a razão geométrica nas mãos dos racionalistas torna-se necessariamente **ontoteológica**. A causa profunda é que tais filósofos **não podem (nem querem) ilhar a questão da racionalidade, do ser e da realidade, da questão do ente perfeitíssimo**. Pois aquelas questões continuam pensadas e constrangidas dentro de um sistema que engloba todas as proposições verdadeiras e que têm a Deus o ente perfeitíssimo como seu princípio hierarquicamente supremo e definidor do ser dos entes (ontologia). Nesse aspecto os sistemas racionalistas reformulam em chave filosófica muitos elementos vinculados com a teologia monoteísta mais rigorosa, se bem que, agora, a maior glória do “deus de filósofos” (como protestava Pascal), o qual tem na razão geométrica seus conteúdos mais básicos.

É indubitável que no século XVII este princípio culminante e absoluto necessariamente se vincula com a divindade monoteísta cristã, mas temos de evitar que nossos alunos caiam na fácil e errônea identificação entre o princípio metafísico e o deus religioso. Pois, ainda que este último pareça funcionar totalmente como aquele, na realidade perdeu suas determinações mais religiosas para passar a ser simplesmente **o fundamento, a garantia e a legitimação última da realidade e da razão**.

Claramente, o deus ontoteológico dos racionalistas modernos não é o Deus dos crentes, o Deus de Abraão, Jacó, Isaac etc., como dizia Pascal, não é o Deus vontade, nem o pai amoroso ou colérico, vigilante e protetor de cada criatura individual, pessoa com a que se pode conversar apesar de ser transcendente etc. É o Deus dos filósofos, Deus arquiteto, relojheiro, calculador, geómetra (de Leibniz, Malebranche, Spinoza e os deístas) que só atua através de decretos universais, leis cósmicas em nenhum caso personalizadas. Em definitivo, é um Deus que atua e cria o mundo racionalmente, e é por isso o fundamento racional último. Certamente, a filosofia racionalista moderniza, intelectualiza e seculariza a idéia de divindade, tendendo a despojá-la de **suas determinações míticas, ritualísticas,**

dogmático-positivas, litúrgicas, históricas, étnicas, pessoais, etc. Por isso Heidegger²⁸ conclui que nos racionalistas “Deus” é um término puramente ontológico (não religioso!), ao entendê-lo como **ens perfectissimum**.

Pois bem e como vimos, ao converter-se esse ente supremo por sua vez em princípio supremo tanto na ordem do ser e da existência (causa última criadora do mundo), como na do conhecer (não enganador, garantia de certeza e verdade etc.), podemos dizer que as filosofias racionalistas são tanto onto-**teo**-lógicas como onto-**logo/ratio**-lógicas. Pois certamente quele ente assim definido é o princípio último e garantia necessária da racionalidade. Vemos aqui já um claro efeito da secularização que leva a cabo a Modernidade e que, uma vez mais, tem no conceito de razão seu elemento decisivo. Nesse processo até o “deus ex maquina” dos deístas, rapidamente aflora a crítica dos libertinos que o definem como um Deus preguiçoso e inativo. Agora bem, a pesar dessas tendências raciais, a abordagem ontoteológica é uma resistência importante ao crescente e posterior pragmatismo instrumental.

Até aqui comprovamos que a continuidade entre as questões do meramente matemático e as metafísicas é uma das características essenciais da razão geométrica. Ademais, marca a diferença a respeito da maioria de seus desenvolvimentos posteriores e o impede de cair tanto no estrito positivismo como na total secularização. Por isso, inclusive o culminador de toda a revolução científica, Newton, que se vangloriava de não “fingir hipóteses”, tem muito claro também que a aspiração da razão não se satisfaz totalmente com as questões meramente físico-matemáticas. Assim na questão 28 do livro III da *Ótica*, considera que “o objetivo básico da filosofia natural é argumentar a partir dos fenômenos, sem imaginar hipóteses, e deduzir as causas a partir dos efeitos **até alcançar a primeiríssima causa que, certamente, não é mecânica**”²⁹.

A “surpreendente” aparição da razão dialética

Até aqui tentamos caracterizar e analisar o tipo de razão que surge da revolução científica e que culmina nos racionalistas do século XVII. Não há dúvida que a razão geométrica evoluiu durante toda a Modernidade, sendo um dos componentes-chaves da racionalidade técnica-instrumental atual. Por isso poderíamos seguir sua evolução durante a Ilustração, o Utilitarismo, o Positivismo, o Pragmatismo etc., mas nos pareceu mais relevante – dado o perfil dessa oposição: história da filosofia moderna e **filosofia da história** – contrapô-la com o tipo de razão que predominará nas filosofias especulativas da história do final do século XVIII e princípios do XIX.

²⁸ *El ser y el tiempo*, §20, p. 107.

²⁹ Carlos Solís na nota 34 ao livro III, parte 1, de sua tradução da *Ótica* de Newton (Madrid, Alfaguara, 1977, p. 319) cita referências de manuscritos sobre a ótica e conclui: “Como de costumbre, em 1706, atribuíu {Newton} la gravedad a una “causa distinta de la materia”, mientras que en 1717 añade el adjetivo “densa”. Pero entonces creía firmemente que la gravedad y toda actividad dependía *directamente* de la voluntad divina, como reconoce D. Gregory en su *memorandum* de 21 de diciembre de 1705 (Hiscock, 1937, pp. 29-32), según el cual es Dios lo que llena los espacios vacíos de materia.”

Ademais não há que se olvidar que, ainda que hoje não passe por seus melhores momentos, a chamada “razão dialética”³⁰ tornou-se a grande alternativa moderna (e de grande parte do século XX) à já analisada razão geométrica e suas evoluções posteriores. Nos parece muito significativo que precisamente quando na Modernidade começavam a aparecer os primeiros postulados parapositivos, produziu-se a grande afloração da razão dialética. Para o bem ou para o mal, uma parte muito importante da Modernidade não estava disposta a renunciar às reflexões propriamente metafísicas, e quando pensou que os herdeiros da grande razão geométrica (e especialmente os científicos) queriam renunciar a seu intrínseco impulso metafísico, reagiu lançando-se aos braços de um novo tipo de razão – a dialética – que situava tais questões como as mais importantes. A ambição era clara e muito forte: não só salvar uma perspectiva filosófica irreduzível à científica, senão inclusive integrá-la a uma racionalidade mais global. A razão dialética forma parte de um ambicioso projeto moderno para pensar uma racionalidade universal que pudesse dar conta conjuntamente dos âmbitos distinguidos por Kant (brevemente: uso regulativo das idéias, aspiração metafísica não resolvível, ciência, ética, estética, teologia).

Frente a uma razão geométrica que já transitava a uma racionalidade puramente instrumental, a razão dialética reivindica a ambiciosa reflexão sobre a totalidade dos problemas humanos, sem envergonhar-se de adentrar à metafísica ou na especulação. Ademais, precisamente quando a razão geométrica tendia à estrita especialização, alçou como sua principal potencialidade uma renovada vontade de união de todos os âmbitos do saber. Apesar de logo ter de moderar seu entusiasmado orgulho, durante praticamente dois séculos e graças ao enlace do hegelianismo com o marxismo, a racionalidade dialética se manteve (com diversas formas concretas claro está) como a proposta mais plausível para permitir pensar a história e as Ciências do Espírito. Como já intuiu Vico, tratava-se de mostrar que o mundo construído pelo homem (com suas instituições político-sociais, sua complexa cultura etc.) gozava também (ou ainda mais) da racionalidade. Teria que se superar um paradoxo que se fazia cada vez mais sangrento, pois, apesar de desde a revolução científica saber-se conseguido dar conta racional do mundo natural, o homem fracassava quando tentar fazer o mesmo no que lhe era mais imediato e “importante”: o mundo feito por ele mesmo. Para superar esse “escândalo”, modernos que vão de Vico ou Herder a Kant e Hegel coincidem em reclamar uma nova perspectiva da razão que seja mais completa, profunda e dê conta do inteiro devir da humanidade. As grandes filosofias especulativas da história e a razão dialética serão as tentativas mais ambiciosas e globais em tal direção.

Desde o atual descrédito do pensamento dialético³¹, nossos alunos se surpreendem com o vigoroso e entusiasta estalido de uma ambiciosa razão especulativo-dialética ao final do

³⁰ Sartre foi quem cunhou este termo, sobretudo a partir de sua *Crítica de la razón dialéctica* (2 vols., Buenos Aires, Losada, 1960). Não obstante já podemos encontrar seus traços fundamentais no *Systemprogramm*, onde se defende um tipo de razão claramente diferenciada da geométrica. Mas mesmo antes, já Kant havia vinculado a dialética como uma condição necessária da razão humana, a qual postula necessariamente uma série de questões e de sínteses que não podem alcançar como conhecimento (cfr. Livio Sichirollo, *Dialéctica*, Barcelona, Labor, 1976, p.177).

³¹ Especialmente quando esta lição se pronuncia num momento no qual a queda dos regimes socialistas parece haver deixado sem sentido o pensamento dialético marxista, e em que –segundo é moda dizer – nos domina um pensamento único baseado na mais estrita razão instrumental e econométrica.

século XVIII. Ainda mais quando foi produzida num momento em que a ciência e a razão científica (baseadas na comentada razão geométrica) pareciam haver ganhado uma maturidade que vaticinava seu triunfo rápido e total. Os historiadores positivistas (Bertrand Russell é o mais acessível para nossos alunos) não deixam de surpreender-se e lamentar-se por esta estranha lacuna da história do pensamento humano. Precisamente quando começava a calar fortemente a possibilidade da total substituição das tradicionais aspirações filosóficas por parte da ciência (e, cada vez mais, pela tecnologia que lhe é já inseparável), surge esse desavergonhado “canto do cisne” que são os grandes sistemas idealistas e as grandes especulações românticas, que parecem investir o processo “lógico” da história. Precisamente, depois do grande esforço kantiano para evitar a confusão nos usos e âmbitos da razão – demarcando, por exemplo, ciência e metafísica –, surpreendentemente surge o grande esforço unificador da razão dialética.

A tomada de consciência do caráter constituinte do sujeito. Sua evolução através da razão geométrica e da razão dialética.

Mas, antes de analisar a fundo a razão histórico-dialética devemos expor o vínculo que as une. Assim apresentaremos o elemento chave que marca a continuidade histórica entre razão geométrica e razão dialética, e que é o determinante de toda a filosofia moderna: a pressuposição do sujeito pensante. A posição determinante do sujeito vai evidenciando cada vez mais fortemente ao largo da Modernidade. Num primeiro momento, o sujeito aparece exercendo um papel meramente fundante que, mais adiante, tornará já plenamente constituinte, para num momento posterior, evidenciar que o próprio sujeito resulta também constituído pelo mesmo processo que o constitui. É precisamente neste último momento e como sua culminação que aparecem as grandes filosofias especulativas da história.

Exponhamos brevemente estes passos que levam³² da evolução da razão geométrica à razão dialética, seguindo o fio do crescente reconhecimento do papel decisivo desempenhado pelo sujeito pensante.

Há que se começar por um primeiro momento (1) da razão geométrica, donde o sujeito deve dobrar-se ao desvelamento de uma realidade que ainda não constitui. Em tal estágio, a matemática é vista como a chave do mistério do mundo (por exemplo Kepler³³) ou, ao menos, com os caracteres ou a língua com que a realidade mesma está escrita (Galileo). Assim no começo do *Saggiatore* (1623) Galileo disse: “A filosofia³⁴ está escrita nesse imenso livro que se nos oferece sempre aberto ante nossos olhos, quero dizer o universo, agora não se pode compreendê-lo bem se não se aplica no em primeiro lugar a compreender a língua e a conhecer as características com que está escrito. É escrito em língua matemática e seus caracteres são triângulos, círculos e outras figuras geométricas, sem as quais é humanamente

³² Evidentemente para a parte dominante ou triunfante (vista desde hoje em dia) da Modernidade, porque certamente há outra tradição também moderna que enfrentará esta evolução.

³³ Referimos-nos especialmente à posição pitagorizante e platonizante do primeiro Kepler no *Mysterium Cosmographicum* de 1596.

³⁴ Note o amável leitor que Galileo não usa aqui o termo “ciência”.

impossível compreender sequer uma palavra. Sem elas, trata-se de errar num labirinto escuro”³⁵.

Num segundo momento (2), se a razão capta intuitivamente a matemática (portanto como dada e todavia não construída), também é claro que o sujeito pensante tende a ocupar um lugar mais determinante. Por isso Descartes afirma que as verdades matemáticas ou “eternas” dependem gnoseologicamente já da evidência do sujeito, e este pode colocá-las em dúvida em sua busca do fundamento radical. Aqui a verdade – e as matemáticas – são intuídas, mas já fundamentadas em e desde o sujeito. Assim o sujeito pensante se determina como fundamentador de suas evidências e de seu conhecimento mundano através de um processo de autodescobrimento que inclui a garantia última do Deus não enganador (o qual aparece como uma ideia em si). Por outro lado todo esse processo se leva a cabo desde a soberania do sujeito pensante que “decide” fundamentar absolutamente suas evidências e, inclusive, pressupor uma ordem “de onde não se dá naturalmente” (regra 3a³⁶). Ainda mais, dentro do processo teórico-fundamentador radical, o sujeito pensante pode obrigar-se a duvidar hiperbolicamente de todas aquelas evidências sobre as que possa lançar a menor suspeita³⁷ (incluindo as matemáticas – disse Descartes, para escândalo dos racionalistas posteriores).

Num terceiro momento (3) e a partir de Leibniz, a matemática é considerada uma construção, uma construção do sujeito. Aqui Leibniz é mais radical que Kant, pois este remete a geometria e a aritmética ao espaço e ao tempo como condições de possibilidade da sensibilidade inscritas no sujeito transcendental, e todavia os pensa como intuição. Por isso mantém para as matemáticas o caráter intuitivo. Leibniz, em cambio, antecipa e provoca a renovação matemática do fim do século XIX³⁸, que está marcada pelo debate entre considerar as matemáticas fruto de uma intuição ou uma pura construção racional coerente em si mesma.

Pois bem, esta capacidade construtiva do sujeito que brevemente vimos acrescentar-se dentro da definição geométrica da racionalidade, adquire um sentido mais radical quando a racionalidade toma as características dialéticas. É o quarto momento (4) liderado pelo idealismo alemão (se bem que antecipado por Herder e, inclusive, Vico³⁹). Aqui já falamos de razão dialético-histórica pois, se por uma parte o sujeito constitui e constrói o próprio objeto, precisamente nesse mesmo processo se constrói a si mesmo num *feedback* absolutamente inseparável. Ademais, este processo que une inseparavelmente sujeito e

³⁵ Aqui, todavia, o sujeito se funda ou encontra seu fundamento próprio nessa revelação de fundo geométrico da realidade.

³⁶ Quando disse: “conducir ordenadamente (...) e incluso suponiendo un orden entre los que no se precedem naturalmente:”

³⁷ Mediante argumentos diversos intencionalmente muito bem escolhidos: o sonho, sua própria falibilidade em certos paralogismos, ou em caso extremo, um hipotético gênio maligno e enganador.

³⁸ Assim o explica Christian Delacampagne, na sua *Historia de la filosofía del siglo XX*, considerando-o um dos aspectos chave que darão entrada ao século XX filosófico (Barcelona, Península, 1999).

³⁹ Evitamos retroagir a dialéticos anteriores, pois para estes muito dificilmente a dialética pode ser uma construção do sujeito, por mais retroalimentada que seja.

objeto, também é inseparavelmente um processo teórico ou de conhecimento e um processo de práxis ou de transformação real. Agora e só agora, passamos plenamente de uma perspectiva quieta e sincrônica da verdade e da realidade a outra em movimento e devir, diacrônica e dialógica (com historicidade, diria Heidegger). Se passa, definitivamente, a pensar a realidade e a humanidade como históricas, inscritas numa omnipresente e totalizante filosofia da história⁴⁰ que, precisamente por evidenciar a dinâmica autoconstrutiva do sujeito e realidade, parece permitir a tão debatida “previsão” na história⁴¹.

A vontade integradora e subordinada da razão dialética

Depois de haver mostrado brevemente o vínculo que enlaça a razão geométrica com a razão dialética, centremo-nos agora em analisar este novo tipo de razão que a Modernidade se dá. Em primeiro lugar destacamos como a principal característica da razão dialética sua vontade de unificação e totalização, de não deixar impensado nenhum âmbito. Isso a obriga a apresentar-se como **superadora e subordinadora** da racionalidade geométrica, a qual não quer eliminar senão integrar desde uma perspectiva mais global⁴². Habermas⁴³ referindo-se à opinião conjunta de Hegel, Hölderlin e Schelling afirma que nesse momento “a filosofia tem que se entender a si mesma como o lugar em que faz ato de presença a razão como absoluto poder unificante”. Nós temos usado o termo “superadora” querendo traduzir o termo hegeliano **Aufhebung** que significa, como é sabido, ir mais além de algo mas conservando-o no essencial e como elemento integrado no novo. Portanto, mais que substituição, há integração e uma complexidade crescente, pois – dessa perspectiva – o superador é mais complexo e diversificado internamente que o superado. Por isso, a razão dialética não quer negar a racionalidade geométrica, mas subordiná-la, inclui-la como uma parte ou momento de seu desenvolvimento. Em consequência, as características da razão geométrica que eram consideradas o modelo mesmo do rigor e da verdade: matematizante, quantificadora, experimentadora, etc., continuam sendo consideradas uma mostra de rigor e verdade, se bem que de inferior valor. Podemos ver claramente que esta é a posição no *Systemprogramm*: “Gostaria de dar novamente asas à nossa física, que avança dificultosamente através de seus experimentos. Assim, se a filosofia dá as idéias e a experiência provê os dados, poderemos ter aquela física em alta, o que espero das épocas futuras. Não me parece que a física atual poderia satisfazer a um espírito criador”⁴⁴.

⁴⁰ Paralelamente, como a filosofia já não pode ser pensada de agora em diante senão como história da filosofia, é dizer, como o devir da experiência filosófica da humanidade, a filosofia mesma (e ainda mais sua história) passa a manifestar-se, quando se a trata em sua globalidade, como filosofia da história. Precisamente por isso é tão difícil escapar de Hegel e sua filosofia da história quando se trata de globalizar o devir humano, como se sucedeu recentemente a Francis Fukuyama.

⁴¹ Pretendia-se assim igualar ao grande “gesto” da razão matemática ao prever nos procesos naturais. Como vimos, tratava-se de emular (e ampliar quanto à ambição) no campo humano-espiritual o traço mais potente das ciências naturais.

⁴² Toulmin (2001, 209) disse: “Como movimiento decimonónico, el romanticismo nunca rompió del todo con el racionalismo; antes bien, se convirtió en su imagen especular.”

⁴³ *El discurso filosófico de la modernidad*, Madrid, Taurus, 1991, p.48.

⁴⁴ Hegel, *Escritos de juventud*, (trad. J. Ma. Ripalda), México, 1981, p. 219.

Apesar do passo de uma postura idealista a outra materialista, podemos ver que esta posição continua vigente no essencial quando, em pleno século XX, um certo marxismo afirmava que o materialismo histórico teria que subordinar a ciência burguesa. Ou na mesma décima primeira tese sobre Feuerbach de Marx, onde se reclama um novo tipo de intelectual (e de racionalidade!) não só capaz de conhecer o mundo senão de mudá-lo, sendo a razão dialética a mais adequada para isso (por exemplo, ao ser capaz de pensar o salto da mudança quantitativa à qualitativa). Certamente, a razão dialética argumentava sua superioridade ao conseguir pensar o qualitativo frente à razão geométrica que havia de se limitar ao quantitativo. Considera-se que a idéia supera as fórmulas matemática na medida em que a qualidade é uma determinação mais básica e radical, como podemos ver no início da hegeliana Ciência da Lógica.

A vontade integradora e subordinadora da nova razão dialética é, por outra parte, total. Por isso os idealistas consideram como um objetivo filosófico essencial **integrar a tarefa filosófica e a científica**, assim como as distinções tão laboriosamente estabelecidas por Kant⁴⁵. Ainda mais, a tentativa onívora de superação postulada pelos sistemas dialéticos idealistas lhes levará a integrar (como um momento no desenvolvimento do absoluto) elementos que, tanto o racionalismo do XVII como a ilustração do XVIII, simplesmente excluía do âmbito do racional. Isso leva a repensar e voltar a dar um valor filosófico ao mítico⁴⁶, ao religioso, ao estético, ao simbólico, ao gênio etc. Como vemos, **a razão dialética se põe essencialmente como visão suprema e integradora de qualquer outro tipo de racionalidade ou, inclusive, de qualquer perspectiva para-racional.**

Evidentemente, não se valoram por igual todos esses distintos âmbitos, mas sempre se busca integrá-los inserindo-os como um momento⁴⁷ em uma história que culminaria na razão dialética. Aqui se origina o que os críticos consideram a caótica mistura típica da razão dialética e que podemos exemplificar muito bem citando o momento culminante do Systemmprogram: “A massa tem que ter uma religião sensível. Não só a massa, também o filósofo a necessita. Monoteísmo da razão e do coração, politeísmo da imaginação e da arte: isto é o que necessitamos! (...) Precisamos ter uma nova mitologia, mas essa mitologia tem que estar a serviço das ideias, tem que se transformar numa mitologia da **razão**”. Sem dúvida, aos críticos da razão dialética este lhes parece um objetivo impossível e pouco preciso, mas ninguém pode duvidar que está na base da rotunda ambição, que tanto fascina, da razão dialética ou das grandes filosofias da história vinculadas a ela.

Dito isso, é o momento de analisar o núcleo filosófico sobre o qual se baseia a razão dialética em sua tão ambiciosa pretensão de superá-lo e integrá-lo ao todo. Para isso, é preciso aprofundar brevemente no conceito de dialética.

⁴⁵ Se nos disserem que distinções como uso teórico e uso prático da razão sobrevivem por exemplo em Hegel, sob denominações como filosofia da natureza e do espírito, recordaremos que é assim, mas integradas num todo dialético que pretende “superá-las”.

⁴⁶ O mito como expressão sublime do inefável (Hamann, Schelling). Consideramos que esta capacidade integradora da razão dialética está intimamente vinculada à recuperação precisamente ao final do século XVIII do interesse pelo estudo filosófico do mito.

⁴⁷ Prévio e seguramente superado.

O Sentido de Dialética

Como é sabido, **dialética** quer dizer etimologicamente “através” (dia) “do dizer” (lektós), portanto e em sentido amplo significa através do diálogo, da discussão, do discurso, da linguagem. Livio Sichirrollo⁴⁸ afirma que “dia” expressa “concorrência de vários sujeitos numa ação com influência recíproca”. E Platão contrapunha dialética a “epixein” (“disputar competindo”), reivindicando o proceder filosófico de seu mestre Sócrates ao promover o “disputar com recíproca compreensão e satisfação a fim de conseguir uma melhora mútua e aprofundamento em algo; conversar”.

Como o dizer ou o diálogo (por mais amáveis e construtivos que sejam) sempre pressupõem uma contraposição de *lógos*, dialética já significando “através do dizer o contraposto”, distinguindo-o assim do dizer vulgar que não sabe tirar consequências da contradição. Portanto, remete ao raciocínio que se produz através da contraposição, na luta de contrários. Valls Plana⁴⁹ define “dialético [como] **todo aquele que se move em virtude de alguma negação**”. Dessa perspectiva, a “racionalidade dialética” é aquela que contem dentro de si e se desenvolve graças à contraposição, à negatividade, à contradição, ao conflito, ao **pólemos heracliteano**, que, finalmente, sintetiza e supera. Esta característica é vista pelos partidários da razão dialética como outro argumento decisivo de sua superioridade frente à razão geométrica⁵⁰.

Historicidade e dinamicidade da razão dialética

A ideia nuclear da razão dialética se embasa em que: a dinamicidade real-concreta, aberta e imprevisível que surge do choque dos contrários, **precisamente por não ocultar nem obviar a contradição inerente, permite finalmente mostrar seu sentido oculto** ao menos nos entreatos do inacabável processo dialético. Sobre esta ideia constitui uma parte da Modernidade os mais ambiciosos e omniabarcantes sistemas e filosofias da história. Se argumentava que a razão dialética mostra em sua própria natureza uma dinamicidade e historicidade (não presente na razão geométrica⁵¹) que aos olhos de seus partidários a

⁴⁸ *Dialéctica*, Barcelona, Labor, 1976, p. 15.

⁴⁹ *La dialéctica*, Barcelona, Montesinos, 1981, p.7. Cf. Veja-se também Felipe Martínez Marzoa *De Kant a Hölderlin*, Madrid, Visor, 1992, p.129.

⁵⁰ Isso expressaram com grande precisão Horkheimer e Adorno na já citada *Dialéctica de la ilustración*: “Hay que rechazar la razón que pretende ser instrumento de manipulación y dominio de la naturaleza y de las relaciones sociales. Esta razón, ligada a los intereses de la burguesía, reduce la realidad a número y medida y se considera la única visión posible del mundo, de un mundo que está delante del sujeto – dueño a su vez de los medios de producción – para ser transformado, manufacturado y vendido. Este tipo de razón surge de un lenguaje que pretende ser el único lenguaje vivo posible, ajustado objetivamente a la realidad. Se trata de un lenguaje o discurso monológico, que enmascarando y perpetuando los intereses de los grupos dominantes se presenta como el lenguaje válido universalmente, es decir, válido para dominar universalmente. Este concepto de racionalidad (razón instrumental) no tiene en cuenta que nuestra razón es de naturaleza dialógica”.

⁵¹ É curioso como a história, que havia sido uma questão tão importante para o humanismo renascentista e que ressurgirá como questão filosófica básica com enorme força no século XVIII (dando inclusive origem às

convertem em especialmente adequada para captar o mundo humano em sua intrínseca e constituinte historicidade.

Precisamente porque a realidade histórica humana é ela mesma dialética e, portanto, vem a ser através da contradição e da negatividade, pode ser conhecida por uma razão que vem a ser da mesma forma. Por isso, é precisamente a grande potência especulativa da dialética o que permite aspirar⁵² e dar conta completamente da enorme complexidade histórica do humano. Através da capacidade da dialética de vincular os grandes conflitos e misérias humanas com um sentido racional e global mais básico, tentar-se-á superar aqueles postulados ingênuos da idéia de progresso que pressupõem a fácil e pacífica afloração das determinações. Assim as filosofias da história dialéticas aspiram a mostrar a racionalidade global da história que se esconde debaixo de seu aparente caos. Assim se evidenciaria como o conflitivo e violento chocar das novas determinações permite superar as velhas, integrando progressivamente alguns de seus resultados mais essenciais⁵³.

Como vemos, por sua própria natureza, a razão dialética diacrônica, processual e dialógica se apresenta como especialmente adequada para conhecer ou compreender a realidade em sua processualidade, temporalidade e historicidade. Também permite – afirmam seus partidários – superar a grande cisão moderna entre sujeito e objeto, permitindo inclusive uma nova e não trivial reconciliação entre pensar e ser⁵⁴. No que diz respeito à dualidade sujeito-objeto, a dialética evita a subordinação de uma sob a outra, pensando ao contrário seu desenvolvimento conjunto. Naturalmente, para os críticos da dialética isso mesmo ameaça acabar com toda pretensão de conhecimento rigoroso e de neutralidade do sujeito em suas investigações. Mas agora não podemos entrar nessa profunda discussão, todavia inacabada.

Aberta e não reduzível a regras

Outro eterno tema de discussão que tem provocado terríveis mal entendidos e que devemos tratar brevemente aqui é o da redução da dialética a um conjunto fechado de regras.

modernas filosofias da historia), resulte tão unanimemente repudiada no século XVII. A razão geométrica é basicamente a-histórica, muito mais que a racionalidade do humanismo e, seguramente (pois há um salto importante) que a razão dialética de finais do século XVIII até o XX. A esse respeito é interessante como Eugenio Garin (*La educación en Europa 1400-1600*, Barcelona, Crítica, 1987, p. 240) – seguindo Hazard – vincula fortemente Renascimento e Modernidade dizendo: “Audacia crítica, discusión sobre el pasado, problema de la relación del pasado y presente, todo esto sirvió de enlace entre Renacimiento y el Siglo de las Luces”. E tem razão, mas se esquece de que no meio destes dois períodos há o século XVII e a “razão geométrica”.

⁵² Às grandes filosofias especulativas da história, mas também ao materialismo dialético.

⁵³ Por este motivo são chaves às filosofias especulativas da historia de Kant ou Hegel ideias como o mecanismo da insociável sociabilidade da astúcia da razão. É valioso resenhar que ainda que Kant negue o valor cognoscitivo da dialética, por outro lado pensa a necessidade do desenvolvimento histórico (em seus escritos de filosofia da historia) precisamente mediante um mecanismo tão dialético como o da insociável sociabilidade.

⁵⁴ Pense-se no famoso prólogo de Hegel a sua *Fenomenología del espíritu*.

Pretendeu-se, muitas vezes (tanto por parte de partidários como de detratores), reduzir a complexa dinamicidade da dialética a alguns esquemas fixos, e se disse que Fichte, Hegel ou Marx caíram nessa armadilha. Queremos aqui sair em defesa de todos eles, pois cremos que – mais além de suas diferenças – concordam que a dialética⁵⁵ não é um resultado ou uma totalidade já dada e reduzida portanto a meras regras. Ao contrário, afirmam que a dialética é mais propriamente um caminho, que deve ser essencialmente descoberto através da “conflitividade da coisa” (em terminologia hegeliana e heideggeriana) e, por suposto, sem poder poupá-la em absoluto.

Como disse Sartre em sua *Crítica da razão dialética*⁵⁶: “A dialética é um método ou movimento NO objeto”, ou seja, no próprio e real devir. E precisamente por isso, a razão dialética “não é nem razão [meramente] constituinte, nem razão constituída; é a razão constituindo-se no mundo e, por ele, dissolvendo nela as razões [concretas] constituídas para constituir outras de novo que a sua vez também acaba superando e dissolvendo”. Por isso e apesar das exigências que sempre acompanham os projetos emancipatórios modernos, que parecem exigir a explicitação de uma meta e, portanto, de um fim da história, a razão dialética é essencialmente aberta (inclusive sob o risco de cair numa espécie de processo sisífico). Pois, a dialética só vive em e através da luta e da morte de suas determinações concretas.

Fim da história

Pensamos que, se vamos mais além de algumas formulações conjunturais, esta concepção aberta, criativa e não concluída da dialética é a que caracteriza pensadores como Fichte, Hegel ou Marx. Fichte⁵⁷, por exemplo (e Novalis lhe segue decididamente convencido) considera que o fundamento e princípio último da dialética é propriamente uma atividade originária (**Tathandlung**) que dinamiza infinitamente eu e não-eu, evitando cair no representativismo fossilizado e sem especulação da filosofia anterior⁵⁸ e, pelo que a nós nos interessa agora, da razão geométrica. Como disse Cirilo Flórez⁵⁹: “O eu fichteano, como atividade produtora, é um eu dialético; mas entendendo a dialética como passo, como

⁵⁵ Também a razão dialética.

⁵⁶ Buenos Aires, Losada, 1979, precedida por *Cuestiones de método* que é a sua primeira parte escrita em 1957.

⁵⁷ Fichte é radical ao respeito. Assim em *Sobre el destino del sabio* (1794, 10) afirma que “la **perfección** representa el objetivo último y a pesar de ello inalcanzable del hombre; pues, **el perfeccionamiento en un proceso infinito es** su verdadero destino.”

⁵⁸ Por isso nos *Grundlage der gesamten Wissenschaftslehre* de 1794 (II,4, p. 55) Fichte afirma que: “Es muy necesario que se piense el concepto de actividad de manera completamente pura. [...] La acción originaria del yo, en la medida que ponea su propio ser, no se dirige a ningún objeto, sino que recae sobre sí misma.” Nessa direção Cirilo Flórez (*Génesis de la razón dialéctica*, Univ. Salamanca, 1983, p. 54) considera que “lo principal” en el yo fichteano “no es la representación, sino una especie de deseo o de instinto que lo dinamiza. El yo originario de Fichte no es en absoluto un individuo o una conciencia individual (aspecto que le criticará Kierkegaard), sino una fuente de actividad que puede ser caracterizada como acción, como potencia en el sentido de Spinoza”.

⁵⁹ Op.cit., p. 54.

caminho até (durch) outra coisa, como superação constante de limites. É a dialética do finito/infinito como processo aberto e esforçado até metas sempre diferentes”⁶⁰.

Evidentemente, com as matizações anteriores não negamos em absoluto a grande “pulsão” – para dizê-lo de alguma maneira – presente nas filosofias da história “historicistas” (como prefere denomina-las Popper) que os faz pretender predizer aspectos chaves do futuro ou, ao menos, predeterminar a a essência de sua meta, do *telos* histórico global. Simplesmente pretendemos mostrar como autores profundamente impelidos por esta típica ambição moderna como Hegel ou Marx, sem embargo da coerência de seu pensamento mais profundo e distante do panfleto político, relativizam e superam tal ambição e se projetam em outra perspectiva muito menos trivial e criticável.

Certamente a razão dialética pagou com juros seu atrevimento ao querer emular a razão geométrica na capacidade de predição que gozou em seu uso meramente científico, sem prescindir por outra parte de sua comum tendência metafísica. Mas apesar desta tendência metafísica comum, o debate entre razão dialética e razão geométrica periclitou em sua vigência. Pois enquanto a razão geométrica evoluiu profundamente desde o século XVII, ainda que, no fundo, não depurou totalmente sua pulsão metafísica (inconscientemente permanece todavia muito dela no positivismo contemporâneo), não sofreu muitos reverses que nas últimas décadas caíram sobre a razão dialética e seus grupos defensores. É lamentável que o debate se dê por terminado, muito mais pelos argumentos mesmos, pela evolução política e social, como por exemplo: o fracasso dos regimes de “socialismo real” e aparente triunfo indiscutido do liberalismo econômico e do “pensamento único” que reforça. Assim, acreditamos que se renuncia a uma parte essencial do debate entorno da racionalidade que não é hoje em dia menos imperioso nem relevante que nos séculos considerados. Talvez tudo ao contrário. Pois certa desconfiança bem pós-moderna sobre a racionalidade não pode esconder que o desconcerto é geral, tem fundamento muito profundo e nos faz desejar a valentia e riqueza de postulados dos modernos.

⁶⁰ Para centrarmos no caso mais famoso e controvertido de Hegel, vale a pena analisar sucintamente sua *Fenomenología del espíritu*. Nesta obra, seu autor se esforça continuamente por mostrar que a dialética que a anima não pode ser pré-determinada e que, inclusive o “nós” que acompanha a experiência da consciência individual, não parte de nenhum conhecimento de regras ou normas, senão unicamente da recordação (isso sim, epistémico) daquela experiência que havia experimentado com anterioridade. Todavia mais claro é o caso da consciência que leva a cabo a complexa, traumática e dialética experiência da *Fenomenología*. Trata-se de uma experiência vital sempre em contraposição consigo mesma, com suas fenomenizações ou figuras da consciência, e continuamente redefinindo-se dolorosamente a partir das mais terríveis experiências da perda de si. Sucede, precisamente, porque a conflitiva dialogicidade do processo dialético não pode ser nunca totalmente prevista ou reduzida a regras, Hegel termina esta obra com as frases: “la historia concebida (...) {es} el recuerdo y el calvario del espíritu absoluto, la realidad, la verdad y la certeza de su trono, sin el cual el espíritu absoluto sería la soledad sin vida; Solamente `del cáliz de este reino de los espíritus rebosa para él su infinitud’.”